

Protocolo de colaboração entre o Município de Tavira e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Tendo em consideração:

A importância da promoção de serviços de apoio, que possam dar resposta, às necessidades e expectativas dos cidadãos, vítimas de infracções penais de uma forma igualitária, qualificada e humanizada.

A relevância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal, a administração pública e as organizações da sociedade civil que prosseguem a defesa dos interesses e dos direitos e o apoio às vítimas de crime.

Que as respostas às necessidades das vítimas devem ser dadas em parceria com várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local, em virtude da missão social em que estão investidas.

Os objectivos e princípios que regem as recomendações da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa sobre o atendimento e apoio às vítimas de crime, e das normas e recomendações emanadas da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.

O disposto na Diretiva 2012/29/EU, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade, visando garantir que as vítimas da criminalidade beneficiem de informação, apoio e proteção adequados.

Os objetivos consignados na Lei das Autarquias Locais e nos Estatutos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Assim, entre:

O Município de Tavira, pessoa coletiva de direito público n.º 501 067 191, sito na Praça da República, em Tavira, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Nascimento Botelho, como PRIMEIRO OUTORGANTE:



E

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, IPSS (ONG), pessoa coletiva n.º 502547952, com sede em Rua José Estevão, 135-A, piso 1, 1150-201, Lisboa, devidamente registada na Direção-Geral de Segurança Social, neste ato representada por João Lázaro, que outorga na qualidade de Presidente da Direção e no uso dos poderes constantes dos Estatutos e da Ata de Tomada de Posse dos Corpos Sociais, adiante designada por APAV, ou instituição, como SEGUNDO OUTORGANTE:

É celebrado, livremente e de boa-fé, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conformidade com o previsto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e demais legislação e instrumentos em vigor, o presente Protocolo de Colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Clausula I

Âmbito

O presente protocolo tem por objetivo garantir a continuidade da promoção e proteção aos cidadãos vítimas de crime, pela prestação de apoio psicológico, jurídico e social, de forma gratuita e confidencial.

Clausula II

Obrigações do município

O Município de Tavira compromete-se a:

- a) apoiar financeiramente a **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima** para a prossecução das atividades inerentes ao apoio que é prestado aos cidadãos vítimas de crime, bem como aos seus familiares e/ou amigos, no âmbito do Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira, através de uma comparticipação anual de 10.800€ (dez mil e oitocentos euros), condicionada à existência de fundos disponíveis para o efeito, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, bem como ao cumprimento dos demais requisitos legais em matéria de execução de despesas;
- b) que o apoio anual referido na alínea anterior, seja pago no início de cada semestre, designadamente durante os meses de janeiro e julho;

- c) promover e divulgar o Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira junto dos munícipes, através dos seus canais de comunicação e informação, designadamente em reuniões de trabalho e/ou Conselhos Locais da Rede Social de Tavira;
- d) ter a APAV como Parceira Institucional na área do apoio à vítima, facultando informação e demais elementos necessários para o bom desenvolvimento da atividade do GAV no concelho de Tavira.

Clausula III

Obrigações da APAV

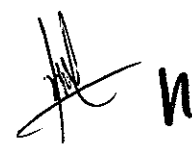
A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima compromete-se a:

- a) manter o gabinete de Tavira integrado na rede nacional de gabinetes de apoio à vítima da APAV;
- b) promover e divulgar o Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira, através dos seus canais de comunicação e informação, designadamente em reuniões de trabalho e/ou Conselhos Locais da Rede Social de Tavira;
- c) apresentar anualmente ao Município de Tavira, o plano de atividades, bem como o relatório anual de contas;
- d) manter, nas Instalações da PSP de Tavira, um horário de atendimento ao público não inferior a 25 horas semanais;
- e) informar previamente o município de possíveis alterações ao horário de funcionamento e/ou de outros aspectos considerados relevantes no âmbito da cooperação mútua.

Clausula IV

Recursos humanos e logística

1. O Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira funcionará com um corpo de voluntários qualificados para o atendimento e prestação de serviços de apoio emocional, jurídico, psicológico e social às vítimas de crime que ali se dirijam.
2. O Município de Tavira pode solicitar apoio e consultoria técnica á APAV para projectos da sua iniciativa, sempre que estes se enquadrem no âmbito da atividade e objeto estatutário desta entidade.



Clausula V

Duração

O presente protocolo tem a duração de um ano e será revisto anualmente, podendo ser eventualmente renovado por iguais períodos, por acordo entre as partes intervenientes, mediante os compromissos descritos nas cláusulas terceira e quarta.

Clausula VI

Suspensão

Em situação de incumprimento das obrigações atrás elencadas, podem as partes contraentes suspender o presente protocolo, nomeadamente o cumprimento do apoio financeiro, até que se verifique a reposição das mesmas.

Clausula VII

Cessação

Constituem causas de cessação do presente protocolo:

- a) A caducidade pelo decurso do tempo ou a impossibilidade definitiva do funcionamento da resposta, tendo em conta os pressupostos estabelecidos á priori;
- b) A resolução, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, nos casos de violação grave e reiterada dos deveres contratualmente assumidos e das disposições legalmente aplicáveis;
- c) A revogação, a todo o tempo, por acordo entre as partes, ou denunciado por qualquer delas, com a antecedência mínima de (60) dias, através de comunicação escrita, por carta registada.

Clausula VIII

O presente protocolo entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.

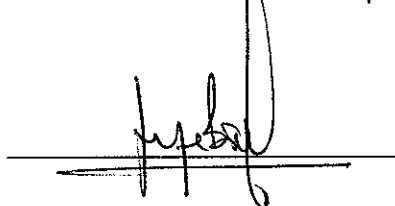
Clausula IX

(Legislação aplicável)

Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação e demais instrumentos em vigor, no âmbito da cooperação e do direito administrativo.

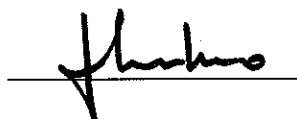
Paços do Concelho, 1 de janeiro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal



(Jorge Manuel Nascimento Botelho)

O Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Apoio Vítima



(João Lázaro)